



DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA (RE)PENSAR A HISTÓRIA.

DECOLONIALITY CONTRIBUTIONS TO RETHINK THEMES OF HISTORY.

Ayrton Matheus da Silva Nascimento¹
ayrtonmatheus2015@hotmail.com

Pedro Abelardo de Santana²
pedro.santana@delmiro.ufal.br

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a incorporação aos estudos históricos do conceito de decolonização, com a finalidade de refletir a historiografia e as narrativas acerca dos povos indígenas e afro-brasileiros. A fim de alcançar este objetivo buscamos subsídios teóricos em autores(as) como: SAID, 1978; MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2003; HALL, 2004; QUIJANO, 2005; SPIVAK, 2010; e BARBOSA, 2012. A partir desses autores e discussões teórico-historiográficas, é possível perceber como esse e outros conceitos e leituras podem contribuir para (re)pensar a História. Destacamos, também, que os estudos decoloniais têm demonstrado um crescimento significativo no campo das Ciências Sociais e dos estudos da Literatura, em particular, na América Latina e na Ásia (BARBOSA, 2012; BALLESTRIN, 2013). E que aos poucos estão sendo incorporados aos estudos da História, possibilitando novas/outras formas de se conceber o conhecimento historiográfico e de como opera as dimensões saber/poder.

Palavras-chave: História, historiografia, decolonial.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the incorporation of the concept of decolonization into historical studies, in order to reflect historiography and narratives about indigenous and Afro-Brazilian people. In order to achieve this goal, we seek theoretical support in authors such as: SAID, 1978; MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2003; Hall, 2004; QUIJANO, 2005; SPIVAK, 2010; BARBOSA, 2012. Then, being able to understand how these other concepts of reading can contribute to (re) think themes in History. We also emphasize that decolonial studies have shown a significant growth in Social Sciences and Literature studies, within the scenario of Latin America and Asia (BARBOSA, 2012; BALLESTRIN, 2013). But that are gradually being incorporated into the study of history. It can then enable new / other ways of conceiving knowledge, specifically the historiographic, of how the knowledge / power dimensions operate.

Keywords: History, historiography, decolonial.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento histórico sofreu por muito tempo as consequências de uma tradição colonial, em que o conhecimento branco e europeu foi tomado como superior e ideal. Essa tradição também operou criando e impondo subjetividades aos colonizados, por meio da produção de discursos e narrativas oficiais (monocular), que legitimavam as desigualdades e a dominação por parte dos europeus (BARBOSA, 2012). Movimento semelhante também foi percebido na filosofia dos séculos XVIII e XIX, e no pensamento historiográfico de Jules Michelet ou Ranke com a história científica (BARROS, 2011).

Os estudos Pós-coloniais, nos quais nos ancoramos, podem ser divididos em duas vertentes teóricas. De um lado, pensado nas relações coloniais e estabelecendo um forte diálogo ligado a tradição intelectual marxista e aos movimentos anticoloniais, o grupo que ficou conhecido como Estudos Subalternos, tendo a primazia das suas discussões o recorte geográfico da Índia. Já a segunda vertente, não restrita as relações coloniais, estabelecidas entre os poderes/colônia e a Índia, temos a vertente mais conhecida como pós-coloniais, na qual se destacam autores como: Homi Bhabha, Gayatri Spivak e Edward Said. Segue-se nas palavras da Damazio (2011, p. 62):

Os estudos conhecidos na academia como “pós-coloniais” são tratados usualmente a partir de duas perspectivas. De um lado temos os “Subaltern Studies” (Ranjit Guha, Shahid Amin, David Arnold, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, entre outros) [...] Há também os estudos chamados apenas de “pós-coloniais”.

Distinto dos conhecimentos produzidos pelo colonialismo, os estudos pós-colônias respondem a dominação política e econômica, que se exerce de um povo sobre o outro, e é dentro deste contexto como nos aponta Freuri (2014, p. 92), que “Diferentemente do colonialismo [...] a colonialidade indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente”.

Dentro deste quadro teórico, destacamos a emergência dos estudos descolonias e decoloniais, na qual, ambas tratam de propostas que se contrapõem ao colonialismo como os estudos pós-coloniais. Nesta perspectiva, o gesto de descolonizar “[...] significa uma compreensão mais crítica dos pressupostos subjacentes, motivações e valores que motivam as práticas de investigação (DAMÁZIO, 2011, p. 24). Porém, a decolonialidade toma como

ponto fulcral das suas reflexões o recorte espacial epistêmico o âmbito da América Latina. Ainda, conforme Damázio (2011), o projeto decolonial se distingue dos conhecimentos tradicionais ao produzirem metodologias e teorias plurais, deslocando os eixos colonizadores, criados a fim de perpetuar as dominações de poderes e saberes produzidos pelas relações coloniais. Como vemos:

Diferente das metodologias clássicas de pesquisa científica, as metodologias decoloniais são pluralistas e se posicionam como uma ruptura desse tipo de pesquisa colonizadora que tem sido central para perpetuar a colonialidade em todos os seus aspectos. Há uma necessidade de produção de diferentes conhecimentos e estes devem se originar a partir de distintas abordagens e conceitos. Autores como Michel Foucault, Edward Said e Walter Mignolo são exemplos destas múltiplas perspectivas metodológicas (DAMÁZIO, 2011, p. 24. Nota do autor).

O fato é que, tradicionalmente, a história produziu e produz discursos e saberes hegemônicos, e “[...] considerados como ‘universais’ e, assim, válidos para todo planeta, diferentes dos saberes ‘outros’ (indígenas, orientais e africanos) que são tratados como saberes menores, locais, incompletos, míticos, ou seja, inferiores” (DAMÁZIO, 2011, p. 19). De modo que, estes outros gestos de leitura propõem a compreensão sobre os mecanismos de “controle epistêmico que possibilitou e continua possibilitando a existência de um sistema de conhecimento que atua reforçando a superioridade de determinados povos e conhecimentos em detrimento de outros” (DAMÁZIO, 2011, p.19). E funcionando de modo a proporem narrativas outras.

Interessa-nos, aqui, compreender alguns caminhos caros ao desenvolvimento da historiografia e nos apropriar de contribuições e aspectos para o fazer da história. É neste empreendimento que propomos a nossa caminhada, perceber os pressupostos essenciais, incorporando a essas outras contribuições e gestos de leitura aos saberes historiográficos, pensando suas epistemologias a partir das especificidades estudadas (SANTOS, 2009).

A HISTÓRIA

A história, sabemos, em sua operação, essencialmente se debruça sobre os homens, estes no tempo e no espaço, junto às suas relações e dinâmicas: sócio-culturais, políticas, econômicas, etc. Avalia como estes aspectos se integram (de forma harmoniosa ou não), a fim de compreender e perscrutar “os homens no tempo” (BLOCH, 2001), de construir/registrar os

fatos históricos.

Aquilo que construímos por meio das fontes (vestígios que nos revelam sobre os homens), é o que chamamos e deixamos registrado como história e memória. Mas, o problema surge no momento em que as narrativas que construímos ou produzimos, muitas vezes, podem colocar e injustamente legitimar, a inferioridade de outros povos e culturas (LARAIA, 2001). Ou de cristalizarmos no tempo e no espaço, os deixando inertes ao devir da história, já acenado, desde Heráclito, na filosofia.

Foi com Heródoto (485-429 a.C.), nascido em Halicarnassos na Grécia, que surge uma das primeiras referências ao ofício de historiador, sendo por isso tributado a ele ser o “pai da história”.³ O fato é que ele, na cidade de Atenas, ao conquistar uma premiação de dez mil talentos pela história que o mesmo havia construído, após percorrer diversas regiões, registrando seus relatos fez jus ao mencionado ofício (BARROS, 2011).

Não obstante essa genealogia, quanto a sua funcionalidade a história era concebida como “*história vitae magistra*”, mestra da vida, sendo necessário conhecê-la para não cometer os mesmos erros do passado. No período medieval, destacamos as crônicas medievais, historiografia teológica, moralista, didáticas e pragmáticas, com o objetivo de instruir aos homens acerca da vontade de Deus e da Igreja, concebidas como indissociáveis. Já no Renascimento, século XVI, a história passou a enaltecer os povos e nações, ou servir às monarquias absolutistas como os historiadores da primeira modernidade (BARROS, 2011).

Tratando da historiografia brasileira, esta tem como marco inicial a chegada dos portugueses, chegando-se a afirmar que a carta de Pero de Vaz de Caminha seria a certidão de nascimento do nosso país, como nos conta a história canônica. E um dos primeiros relatos responsáveis pelas representações construídas acerca dos povos indígenas. Esta trazia sempre a perspectiva do colonizador e da forma em que ele se relacionava com os povos “bárbaros” e “incivilizados” (indígenas e africanos), e com as suas culturas. Mas, também, enquanto reflexo do próprio desenvolvimento da ciência histórica nas suas elaborações enquanto ciência. Como exemplo, destacamos o seguinte trecho da carta de Pêro Vaz de Caminha (1500):

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram [...] A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos

³ Conforme o historiador José D Assunção Barros (2011, p. 30-35), Túlio Cícero (de Legibus 1.5) foi o primeiro a se referir a Heródoto como pai da história.

e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto [...]. Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepena, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas.

No excerto destacado, percebemos desde a dominação portuguesa no novo território a imposição de uma visão da superioridade cultural, visto que, existe uma ênfase sobre estar nu e não esconder as “vergonhas” lida como uma prática reprovável. Também é representada a ideia de uma dominação tranquila e sem resistência. Reforçando o imaginário de inocência e ingenuidade por parte dos indígenas, sendo alguns dos aspectos cristalizados até os dias de hoje.

Nos relatos de Hans Staden (2010) sobre suas visitas ao Brasil, temos o seu período de prisão entre os tupinambás, com seus relatos “antropofágicos”. Já Frei Vicente de Salvador (2008, p. 356), sobre a vida dos índios, nos relata que a sua língua não possuía as letras F, L, R – fé, lei e rei –, coisas estas concebidas na época como essenciais para o desenvolvimento de um povo (dentro de uma perspectiva eurocêntrica). Capistrano de Abreu (1908), que acerca dos indígenas também comentou que eram indolentes, apesar de fazerem grandes esforços. Também marcantes na construção do imaginário social foram às contribuições do sociólogo Gilberto Freyre (2001, p. 150) em *Casa grande e Senzala*:

Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-famílias. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia.

Segundo o antropólogo Goldmam (2017, p. 14), o:

[...] contexto histórico, político, ideológico e “científico” que se movem autores como Alberto Torres, Euclides da Cunha, João Batista de Lacerda, Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Silvio Romero. Para além de suas diferenças e antagonismos, todos compartilham, em maior ou menor grau, a certeza de que a mestiçagem é um problema para a constituição da nação e que alguma solução deve ser encontrada para ela. E se Gilberto Freyre (1933) é, sem dúvida, o grande nome desse movimento intelectual, autores como Roquete Pinto (1927), Sergio Buarque de Holanda (1936) e Darcy Ribeiro (1983, 1995, 1996) dele também fizeram parte.

Ainda sobre isto nos ensinam Britto, Sousa Filho e Cândido (2018, p. 178):

Na chamada fase interpretativa da formação do povo brasileiro, de Gilberto Freire a Darcy Ribeiro, todos aqueles que defenderam a tese da miscigenação. No plano étnico-cultural, a miscigenação se daria a favor da gestação de uma etnia nova, que teria unificado, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aquerenciados nas terras de Santa Cruz. A teoria da “mestiçagem”, até então em voga, fundamentou um currículo desvinculado da realidade cultural.

Ainda nos deixam o campo em aberto para sempre desenvolvermos outras reflexões acerca desses povos. Sobre o período da ciência histórica positivista que marca o início da história do Brasil, o historiador Jorn Rusen (2001), comentou que as principais características observáveis nesses moldes de se fazer ciência: distinção assimétrica de valores negativos e positivos de acordo com a referência de quem julga; visão teleológica da formação identitária e concepção espacial monocêntrica (centrada em uma única cultura). Para esse autor, essas eram as características da tendência historiográfica da época rompida com as contribuições posteriores do movimento dos *Annales* e com a proposta de uma história revolucionária do marxismo.

Esses embates, por sua vez, entre os positivistas e historicistas, passaram desde a concepção de objetividade e subjetividade da verdade histórica – entre descrever ou interpretar os fatos históricos –, aos sujeitos que seriam alcançados por meio da narrativa do historiador (BARROS, 2011). Em meio a esse debate, no Brasil, em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a incumbência de fornecer a direção para a concretização de traçar a nacionalidade brasileira e construir a nossa história oficial (GUIMARÃES, 1988).

Neste contexto do século XIX, a literatura romântica objetivava narrar à supremacia indígena e silenciava a figura do negro na formação da identidade nacional, visto que marcas da escravidão eram aspectos vergonhosos de se ter na memória. Apesar disso, pendeu-se cada vez mais para construção de um indianismo mítico, no qual eram idealizados os indígenas do passado visto como colaboradores da colonização (CANDIDO, 2002). Quantos aos índios reais existentes foram classificados como bárbaros.

No século XX, por sua vez, com o advento do movimento dos *Annales* (BURKE, 1997), a história, além de interdisciplinar, deveria responder um problema, adotou o alargamento da concepção de fontes, passava a conceber todos os sujeitos pertencentes à história e possuidores de uma história, fazendo não apenas uma narrativa que respondesse a

interesses políticos e do Estado, destacando as contribuições de Bloch, Febvre e Braudel nessa construção (BOURDÉ & MARTIN, 1983).

Por não existir uma perspectiva homogênea sobre o que é a atividade historiográfica e a sua função entre os historiadores, destacamos que se trata de um conhecimento que possui formas de se compreender e de se fazer. Ressaltando a contribuição de paradigmas distintos sobre as épocas e o fazer da ciência histórica essenciais para o desenvolvimento da história (KUHN, 2009).

POR UMA DECOLONIALIDADE NA HISTÓRIA

O historiador Barbosa (2012) afirma que, um grande marco para o desenvolvimento da perspectiva decolonial foi à publicação da obra *Orientalismo*, de Edward Said, em 1978, sendo o precursor e responsável por dar proporções mundiais às discussões sobre as formas eurocêntricas que repousavam sobre as formas de poder e saber na epistemologia e nas produções dos mais diversos saberes e conhecimentos. Nessa obra, o Oriente seria o resultado e uma construção intelectual do Ocidente. Para Barbosa, Said contribuiu trazendo uma visão científica contemporânea e tendencialmente pós-eurocêntrica, que perpassava as dominações e dava possibilidade de outras formas de se conceber os conhecimentos, de ler o mundo e questionar os cânones já estabelecidos, também, conhecido como pós-colonialismo ou estudos subalternos.

Em período paralelo, tratando-se de um contexto de globalização, as contribuições e críticas consequentes dos estudos pós-coloniais imbricam com os estudos culturais que emergem na Inglaterra e nos Estados Unidos (HALL, 2004), trazendo para a discussão as “categorias de cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora” (BALLESTRIN, 2013 *apud* ALMEIDA e SILVA, 2015, p. 93).

Um dos grandes desafios enfrentados advém da lógica eurocêntrica de se fazer ciência que, conforme Barbosa (2012), permeou os trabalhos da filosofia dos séculos XVIII e XIX, como no caso do filósofo da história Hegel e do pensamento historiográfico, como em Jules Michelet ou em Ranke ao propor a história científica (BARROS, 2011). Também outros historiadores do XIX, como Thomas B. Macaulay, Treitschke, Fustel de Coulanges, adotaram a citada lógica.

Mas o que seria decolonialidade e o que a distinguiria das demais formas e abordagens nas Ciências Sociais e Humanas? A decolonialidade consiste em uma postura

teórica que denuncia o poder imperial como fator determinante na criação e imposição das subjetividades, propondo uma posição que desafia e rompe com a lógica e a visão eurocêntrica fortemente presente e dominante nas ciências sociais e humanas (BARBOSA, 2012). Sendo essa perspectiva considerada uma desobediência epistêmica, a colonialidade do saber e do poder (ALMEIDA e SILVA, 2015; MIGNOLO, 2008; BALLESTRIN, 2013; QUINJANO, 2013; SANTOS, 2010).

Para os teóricos que produzem a partir do decolonial, é clara a imposição colonial sobre as subjetividades e determinação sobre as formas de ser e de fazer ciência, tornando essa postura além de crítica, uma alternativa de produzir os conhecimentos e movimentos de (re)leitura do mundo social e das suas relações.

A decolonialidade não consiste na reprodução de uma narrativa nos moldes coloniais, mas busca recontar a história a partir da ótica dos subalternizados e suas mundividências. Ou seja, quebrar os silêncios historiográficos e valorizar os elementos que lhes são particulares e valorativos antes aos dominados. Não buscando também apagar as marcas da colonização, mas antes a reconhecendo e trazendo a possibilidade crítica e teórica de rompê-la e criar o seu espaço comum epistemológico frente ao cenário eurocêntrico presente nas ciências.

Segundo Edna Castro é um movimento da contraposição:

Trata-se de imaginar uma perspectiva crítica à epistemologia moderna visando romper com o evolucionismo, e alterar as narrativas dominantes na medida que reconhece que o saber é parte da práxis e da experiência coletiva (CASTRO, 2018, p. 26).

Outro aspecto fundamental trazido por Quental (2012, p. 47), é a distinção entre pós-colonialismo e decolonial, sendo o segundo essencialmente relacionado à especificidade do seu lugar de efetivação como vemos:

A corrente teórica do pensamento decolonial aproxima-se da perspectiva do pós-colonialismo, mas diferencia-se deste campo, entre outros aspectos, justamente por se configurar como teoria elaborada a partir de outro lócus de enunciação: a América Latina, um espaço-tempo constituído a partir de experiências históricas forjadas no colonialismo dos séculos XVI ao XIX (QUENTAL, 2012, p. 47).

Na visão de Porto-Gonçalves (2012), a ótica colonizadora da Europa só se afirmou

enquanto centro em termos geopolíticos com a criação da América colonial periferizada, abstraindo-se dos seus recursos da então colônia, com objetivo de atender às suas demandas, sujeitar e legitimar as ações do(s) dominador(es), a partir de uma lógica de superioridade:

A Europa só se afirma como centro geopolítico e cultural do mundo moderno a partir da constituição da América enquanto periferia colonial (1492) com seu ouro e sua prata; com sua tropicalidade, condição natural favorável, mas não suficiente, sabemos, para o plantio da cana, do cacau, do algodão, do café, da banana, ou para a coleta da canela, da borracha, do caucho; com o braço escravo modernamente implantado ou com a servidão indígena modernamente direcionada para atender aos ditames do conquistador (PORTO-GONÇALVES, 2012, *apud* ALMEIDA e SILVA, 2015, p. 55.)

O embasamento teórico das leituras decoloniais foi advindo da Ásia e África descentralizando inclusive as hegemonias europeias de onde se produzem os saberes. Primeiro as leituras pós-coloniais iniciados na literatura e, posteriormente, alastrando-se até chegar às humanidades com nomes de Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak (ALMEIDA e SILVA, 2015).

Haja vista as representações canonizadas acerca dos povos colonizados, pela lógica eurocêntrica, destacamos o historiador Roger Chartier (1991; 2002), ao nos ensinar que por meios das representações criadas, são possíveis compreender como os indivíduos ou grupos constroem significados para representar o mundo social e que as representações nunca são neutras, mas antes permeadas de interesses para atender a agentes ou a grupos sociais.

Outro conceito desenvolvido e aprofundado em solo brasileiro que pode nos subsidiar ao gesto de (re)leitura é o conceito de “lugar de fala”, desenvolvido pela filósofa Ribeiro (2017), que consiste em perceber que todo enunciado, discurso e sujeito possui um lugar social. É deste lugar no qual nos posicionamos, discursamos e interpretamos as estruturas sociais, podendo no ato político de proferir discursos, gerar discursos que rompam ou que perpetuem a manutenção das desigualdades sociais. Para Spivak (2010), muitos sujeitos históricos não foram ou não são dados o lugar para falar, contar a sua história, como prima o gesto decolonial.

Os historiadores Brocardo & Tecchio (2017, p.1), destacam ausências de trabalhos que buscassem incorporar leituras decoloniais à escrita dos saberes historiográficos, e que “os estudos decoloniais, podem contribuir muito para o campo das ciências humanas”. Sendo, então, além de terreno em construção, campo profícuo de reflexões, considerando aspectos que tratam das especificidades dos povos que se pretendem estudar e uma proposta epistêmica

que rompe com os moldes positivistas em favor da especificidade.

O fato da proposta decolonial problematizar as questões referentes aos afro-brasileiros e indígenas, não se resume apenas por se tratar da maior parcela da sociedade brasileira, ou por serem vítimas de segregações raciais, ou as mais diversas formas de preconceitos até hoje, ou negação do racismo muitas vezes velado ou não, o que já julgamos pertinência suficiente. Mas, também pela possibilidade de transgredir as legitimidades do racismo que foram historicamente construídas, podendo então reler e problematizar temas passados da História e a potência das representações e dos discursos nunca neutros, mas instrumentos políticos para atender a interesses, sendo muitas vezes responsável pela construção do imaginário social e coletivo, que pode proporcionar tanto a manutenção das perspectivas colonizadoras quanto o seu rompimento.

Outro aspecto relevante é a contribuição para as reflexões e estudos historiográficos que poderão ser posteriormente desenvolvidos, percorrendo os caminhos decoloniais e a possibilidade de munir os historiadores (e demais pesquisadores) com outros gestos de leitura e aparato teórico para problematizarem e desvelarem os conflitos sociais, na maneira em que esses conflitos são construídos e representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findando este breve percurso, não buscamos exaurir as possibilidades de discussão ou formas de se abordar campos tão vastos e ricos, como a historiografia e a perspectiva pós-colonial (em específico decolonial), mas antes destacar como esses acenos teóricos e externos a historiografia podem possibilitar uma série de outros gestos de leitura e interpretação da história acerca dos povos indígenas, afro-brasileiros.

Percebendo que a forma em que é tradicionalmente contada a história e (re)produzida, muitas vezes, esteve subjugada a colonização do saber e do poder eurocêntrico que se impôs sobre as subjetividades colocando-as em condições subalternas e periféricas.

Neste percurso teórico buscamos subsídios e contribuições de diversos campos das ciências, como: história, sociologia, antropologia, mas destacando que a decolonialidade ainda se apresenta enquanto um campo em construção e aberto ao diálogo, contribuindo para os estudos das Ciências Sociais e Humanas frente às formas europeizadas de saber e do poder que buscam ou possibilitam fortalecer as interpretações que fazem a manutenção das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala. 2015. “Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica Interterritórios”. In: **Revista de Educação**. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.1, n.1, p.42-64.

BALLESTRIN, Luciana. 2013. “América latina e o giro decolonial”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio-agosto, p. 89-117.

BARBOSA, Muryatan Santana. 2010. “A crítica pós-colonial no pensamento indiano contemporâneo”. In: **Afro-Ásia**, n. 39, Salvador, p. 57-77.

_____. 2012. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. São Paulo: USP.

BARROS, José D'Assunção. 2011. **Teoria da História, vol. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. Petrópolis: Vozes.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. 1983. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Publicações Europa/América.

BURKE, Peter. 1997. **A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. 2019. “Olhares para a História: pós-colonialismo, estudos subalternos e Decolonialidade”. In: **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/496>>. Acesso em: 29 out.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei de Portugal**. 1 de maio de 1500. Lisboa: Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 15, mç. 8, n.º 2. Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html>. Acessado 20/06/2020.

CANDIDO, A. 2002. “Notas de crítica literária - Carta a Luís Martins”. In: DANTAS, V. (Org.). **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34.

CASTRO, E. 2018. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas (orgs.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA.

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter et al. 2011. **Colonialidade e decolonialidade da (anthropos) logia jurídica: da uni-versalidade a pluri-versalidade epistêmica**.

FLEURI, Reinaldo Matias. 2014. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. **Série Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, p. 89-106.

FREYRE, Gilberto. 2001. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record.



GOLDMAN, Marcio. 2015. “Quinhentos anos de contato’: Por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem”. In: **Mana. Estudos de Antropologia Social**. p. 641-659.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. 1988. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. p. 5-27. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em 30/10/ 2019.

KUHN, THOMAS S. 2009. **A estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva.

LARAIA, Roque de Barros. 2001. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

MIGNOLO, Walter D. 2003. **História locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizontes: Ed. da UFMG.

QUENTAL, Pedro de Araújo. 2012. “A latinidade do Conceito de América Latina”. In: **GEOgraphia**, v. 14, n. 27. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520>>. Acesso em 30/10/19.

SAID, Edward. 2005. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward. 2007b. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.) 2009. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina; CES.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

STADEN, H. 2010. **Duas viagens ao Brasil**. Porto Alegre: L&PM.

VICENTE do Salvador, Frei. 2008. **História do Brazil: 1500-1627**. Curitiba: Juruá.